

# GABARITO PRELIMINAR / SELEÇÃO PÚBLICA DE ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO – TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS – TJMG



**ATENÇÃO:** AS QUESTÕES, IDENTIFICADAS POR CONTEÚDO, FORAM EMBARALHADAS, ASSIM COMO AS OPÇÕES DE RESPOSTA. VOCÊ DEVERÁ VERIFICAR E CONFERIR AS QUESTÕES DA SUA PROVA E RELACIONÁ-LAS À RESPOSTA

## CURSO DE DIREITO

### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

#### Questão 01

Carlos e Fernanda são irmãos. Em 10/10/2010, seus pais doaram um imóvel de alto valor exclusivamente para Fernanda. A doação foi inoficiosa, pois ultrapassou a parte disponível do patrimônio, atingindo a legítima de Carlos. No ato da lavratura da escritura pública, Carlos assinou o documento como “interveniente anuente”. O registro da doação no cartório de imóveis ocorreu apenas em 15/06/2015. Em 20/07/2023, Carlos ajuizou ação para anular a doação, alegando que o prazo prescricional de dez anos deveria ser contado a partir do registro. Fernanda, por sua vez, argumentou que o prazo começou a contar em 10/10/2010, data da lavratura da escritura, pois Carlos já tinha ciência inequívoca do ato. Com base no Código Civil e na jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a afirmativa correta.

- A doação inoficiosa é automaticamente nula e pode ser contestada a qualquer tempo, sem incidência de prescrição, pois viola norma de ordem pública.
- O prazo prescricional teve início em 15/06/2015, data do registro da doação, pois, apenas com o registro, o ato se torna público e passível de impugnação.
- O prazo prescricional de dez anos para a ação de nulidade da doação inoficiosa deve ser contado a partir do falecimento dos doadores, pois somente nesse momento se consolida o direito à legítima.
- O prazo prescricional teve início em 10/10/2010, data da lavratura da escritura pública, pois Carlos assinou o documento como “interveniente anuente” e, portanto, teve ciência inequívoca do ato. – **OPÇÃO CORRETA.**

#### Questão 02

Paulo e Marina viveram em união estável na cidade de Curitiba-PR. O casal não teve filhos. Em 2024, Paulo faleceu, deixando como único parente vivo seu pai, Francisco, residente em Florianópolis-SC. Diante do falecimento, Marina ingressou com uma ação de reconhecimento de união estável *post mortem*. Considerando que Francisco seria réu na ação junto com o espólio, surge a dúvida sobre qual seria o foro competente para julgar a demanda. Nos termos do Código de Processo Civil e da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que a ação:

- Deve ser proposta no foro da situação dos bens do espólio.
- Deve ser proposta em Curitiba-PR, último domicílio do casal, pois não há filhos incapazes. – **OPÇÃO CORRETA.**
- Deve ser proposta em Florianópolis-SC, pois o réu Francisco reside nessa cidade, e a competência territorial segue a regra geral do domicílio do réu.
- Pode ser proposta tanto em Curitiba-PR quanto em Florianópolis-SC, pois a autora pode optar entre o último domicílio do casal ou o domicílio do réu.

**Questão 03**

João, estagiário de direito do TJMG, cursando pós-graduação em direito do consumidor, resolveu tirar férias em Fernando de Noronha, com sua namorada. No embarque, João, por ser usuário de cadeira de rodas motorizada, foi impedido de embarcar, inicialmente, tendo-se em vista a presença de baterias em sua cadeira. A equipe de solo, do voo Belo Horizonte-Recife, depois de muito esforço, retirou as baterias de sua cadeira, para que o voo pudesse prosseguir, despachando-as no bagageiro da aeronave. Na conexão Recife-Fernando de Noronha, João foi obrigado a despachar sua cadeira, tendo sido carregado por prepostos da companhia, sem as devidas cautelas, para embarcar no interior da aeronave que fazia o trecho final, cena que se repetiu em seu desembarque. Desembarcado, a equipe da companhia aérea tentou reinstalar as baterias na cadeira; não conseguindo, esclareceu o fato ao passageiro, que ficou com o aparelho danificado durante todos os dias de suas férias e, posteriormente, até o reparo. Cabe esclarecer que, ao retornar, houve repetição do embarque com carregamento do passageiro pelos membros da equipe de solo/tripulação, no primeiro trecho. Diante da situação hipotética narrada, assinale a afirmativa que mais se adequa ao caso, sobre possível violação ao direito do consumidor e suas consequências.

- Não houve violação das leis consumeristas; trata-se de caso clássico de responsabilidade civil oriunda do Código Civil, cabendo indenização por dano material e moral.
- Não houve violação das leis consumeristas ou civis; João teve responsabilidade pelo dano sofrido em sua cadeira de rodas, pois não orientou adequadamente a equipe da companhia aérea sobre a retirada das baterias, bem como sua reinstalação, afastado o dano material. Quanto ao fato de ter sido carregado, trata-se de mero dissabor, não hábil à geração de dano moral.
- **A ausência de condições dignas de acessibilidade de pessoa com deficiência ao interior da aeronave configura má prestação do serviço e enseja responsabilidade da empresa aérea pela reparação dos danos causados nos termos do art. 14 da Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor. A empresa deverá responder por dano moral e material, tendo-se em vista a falha da prestação de serviços de transporte ocorrida. – OPÇÃO CORRETA.**
- A ausência de condições dignas de acessibilidade de pessoa com deficiência ao interior da aeronave configura má prestação do serviço e enseja responsabilidade da empresa aérea pela reparação dos danos causados nos termos do art. 14 da Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor. A empresa deverá responder por dano moral, considerando tanto a falha da prestação de serviços de transporte quanto o vexame proporcionado no carregamento pela equipe; não havendo que se falar em dano material, pois João teve responsabilidade pelo dano sofrido em sua cadeira de rodas, pois não orientou adequadamente a equipe da companhia aérea na retirada das baterias, bem como na sua reinstalação.

**Questão 04**

Um contribuinte, ao receber uma notificação de lançamento de tributo, questiona a validade do ato administrativo, alegando que não foi realizada a notificação pessoal e que não foi respeitado o prazo de defesa. Considerando o Código Tributário Nacional e a Lei de Execuções Fiscais, assinale a afirmativa correta.

- A falta de notificação pessoal do contribuinte torna o lançamento nulo, independentemente de qualquer formalidade.
- O prazo para defesa do contribuinte é irrelevante, pois o lançamento é considerado válido independentemente da notificação.
- A notificação por meio de edital é suficiente para validar o lançamento, desde que publicada em jornal de grande circulação.
- **O contribuinte pode alegar a nulidade do lançamento somente se demonstrar que a falta de notificação prejudicou a sua defesa. – OPÇÃO CORRETA.**

**Questão 05**

Considerando que certo município iniciou a cobrança de tributo sem a devida previsão legal e sem a publicação do regulamento que estabeleceria suas regras. Um contribuinte, insatisfeito, decide contestar a cobrança judicialmente. Com base na Lei de Execuções Fiscais, qual é a posição correta?

- A cobrança é válida, mas o contribuinte pode solicitar a restituição do valor pago após a decisão judicial.
- O contribuinte deve aguardar a conclusão do processo administrativo antes de contestar a cobrança na Justiça.
- A cobrança é válida, pois o município tem autonomia para instituir tributos sem necessidade de regulamentação prévia.
- **A falta de previsão legal para a cobrança torna a exigência do tributo inconstitucional, permitindo ao contribuinte contestá-la imediatamente. – OPÇÃO CORRETA.**

**Questão 06**

Em uma operação da “Lei Seca”, a polícia militar interceptou um veículo que desviava abruptamente dos pontos de fiscalização. O condutor, com equilíbrio comprometido, mostrou todos os documentos necessários à identificação do veículo e de sua habilitação. Porém, o segundo passageiro alegou não estar com os documentos físicos, apenas os digitais, e, por estar muito reverso, não conseguia lembrar a senha do celular para apresentar os documentos na forma digitalizada via *app* oficial, afirmando se chamar Pedro da Silva. Ao inspecionar o interior do veículo, os policiais desconfiaram de algumas caixas no banco traseiro do carro. Após verificarem, foram encontradas 180 garrafas de espumante importado da França sem documentação fiscal. Na delegacia, identificou-se que o outro indivíduo que ocupava o veículo era, na verdade, Carlos da Silva. O etilômetro não constatou níveis de álcool no sangue acima do permitido por lei. Considerando a situação hipotética, a legislação penal e processual penal brasileira e, ainda, a jurisprudência dos tribunais superiores, dentre as alternativas relacionadas a seguir, assinale a que pode corresponder aos crimes praticados por Carlos.

- Descaminho e falsidade ideológica. – **OPÇÃO CORRETA.**
- Contrabando de mercadorias e embriaguez ao volante.
- Apropriação indébita previdenciária associada à desobediência.
- Crime único de trânsito com atenuantes por colaboração passiva.

**Questão 07**

Lucas foi acusado de furto simples em uma loja de eletrônicos. Após consumir o crime, mas antes de ser denunciado formalmente, ele decidiu devolver o item furtado e ressarcir a loja por eventuais prejuízos causados, reparando integralmente o dano. O processo seguiu seu curso e Lucas acabou sendo condenado. Na sentença, o juiz, considerando a ação de Lucas, aplicou uma redução significativa na pena. Considerando a situação hipotética apresentada, qual é o instituto jurídico penal que fundamenta a decisão do juiz de reduzir a pena de Lucas nesse caso?

- Tentativa imperfeita.
- Desistência voluntária.
- Arrependimento posterior. – **OPÇÃO CORRETA.**
- Erro sobre a ilicitude do fato.

**Questão 08**

Marina, motorista profissional categoria D, em um dia chuvoso, enquanto transportava passageiros, se envolveu em um acidente de trânsito em uma avenida movimentada. Infelizmente, um pedestre que atravessava a rua foi atingido e faleceu no local. As investigações preliminares não indicaram que Marina estava sob efeito de álcool ou outras substâncias, nem que estava em alta velocidade, mas apontaram que ela pode não ter sido suficientemente cautelosa nas condições adversas do tempo, considerando que os pneus de seu veículo estavam “carecas”. De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), tendo em vista que Marina é motorista profissional categoria D, e, ainda, que o acidente resultou em morte, a provável consequência legal para ela é responder por homicídio:

- Doloso, com agravante de ser motorista profissional.
- Culposo, com pena de detenção, sem alterações por ser motorista profissional.
- Doloso e suspensão do direito de dirigir, sem consequências penais devido à ausência de dolo.
- Culposo, com pena de detenção aumentada de um terço à metade e suspensão ou proibição de se obter habilitação para dirigir veículo automotor. – **OPÇÃO CORRETA.**

**Questão 09**

Marcos, na qualidade de credor, decide ajuizar uma ação de alimentos pelo rito especial da Lei nº 5.478/1968, tendo em vista a situação de vulnerabilidade em que se encontra. Por não ter condições financeiras para contratar um advogado, Marcos compareceu pessoalmente à audiência inicial da ação de alimentos. Assim, a audiência ocorreu sem a presença de advogado. Considerando as disposições da Lei nº 5.478/1968 e a jurisprudência dos Tribunais Superiores, o comparecimento de Marcos à justiça, sem a assistência de advogado na audiência inicial do procedimento especial da ação de alimentos, é:

- Permitido, inclusive nas etapas processuais subsequentes.
- Permitido, sendo a presença de advogado obrigatória apenas nas fases subsequentes. – **OPÇÃO CORRETA.**
- Vedado, pois a norma que permite a dispensa de advogado não foi recepcionada pela Constituição de 1988, tornando obrigatória a presença de advogado em todas as fases.
- Vedado, pois o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou a inconstitucionalidade da norma que autoriza a dispensa de advogado, exigindo a presença do profissional em todas as fases.

**Questão 10**

O juiz da Vara da Infância e da Juventude determinou, de ofício, a intimação da Defensoria Pública para prestar assistência à adolescente Ana, vítima de abuso sexual, durante o procedimento de escuta especializada. A intimação foi realizada sem qualquer pedido expresso da vítima ou do Ministério Público. O defensor compareceu à audiência e acompanhou a adolescente, garantindo o direito à assistência jurídica integral. Considerando as disposições da Lei nº 13.431/2017 e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a conduta do juiz, ao intimar a Defensoria Pública, de ofício, para prestar assistência jurídica à vítima de violência no procedimento de escuta especializada é:

- Correta, mas a intimação da Defensoria Pública, de ofício, só pode ocorrer em procedimentos de escuta especializada, não se aplicando ao depoimento especial.
- **Correta**, pois o juiz pode intimar a Defensoria Pública, de ofício, para atuar na escuta especializada, sem que isso represente sobreposição às funções do Ministério Público. – **OPÇÃO CORRETA.**
- Incorreta, pois a atuação da Defensoria Pública, de ofício, só é permitida em casos de violência doméstica e familiar, não se aplicando a crimes sexuais contra crianças e adolescentes.
- Incorreta, pois o juiz não pode intimar a Defensoria Pública, de ofício, para atuar na escuta especializada, sendo necessário o requerimento expresso da vítima ou do Ministério Público.

**Questão 11**

Joana, 12 anos, foi vítima de agressões físicas praticadas por seu padrasto, Ricardo. Sua mãe, Carla, ao tomar conhecimento dos fatos, procurou a Defensoria Pública para solicitar medidas protetivas em favor da filha. Diante disso, o defensor público ingressou com pedido para garantir o afastamento imediato de Ricardo do lar e a proibição de qualquer contato com Joana. Com base na Lei nº 13.431/2017, assinale a afirmativa correta.

- Joana, por ser menor de idade, não pode pleitear medidas protetivas.
- O pedido de medidas protetivas só pode ser formulado se houver ação penal em curso contra o agressor.
- **As medidas protetivas podem ser requeridas pela mãe de Joana em nome da filha, pois a criança ou adolescente, vítima de violência, tem esse direito por meio de seu representante legal. – OPÇÃO CORRETA.**
- O afastamento do agressor do lar e a proibição de contato só podem ser concedidos após o trânsito em julgado da decisão que destitua Ricardo do poder familiar, garantindo a ampla defesa do acusado.

**Questão 12**

Antônio Carlos e Luiz Felipe eram desafetos desde a época da escola, quando se envolveram em constantes desentendimentos verbais. Anos depois, ao se reencontrarem em um bar em Tiradentes-MG, os dois discutiram novamente por um motivo banal, qual seja, uma troca de olhares considerada ofensiva por Antônio Carlos durante um gol que o seu time sofrera. Enfurecido e sem dar qualquer chance de defesa a Luiz Felipe, Antônio Carlos sacou uma arma de fogo e disparou seis tiros contra a vítima, que morreu imediatamente no local. Diante dos fatos narrados e, ainda, considerando a Lei nº 8.072/1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, assinale a afirmativa correta.

- O homicídio qualificado pelo motivo fútil cometido por Antônio Carlos não pode ser considerado hediondo porque não foi cometido de forma cruel ou através de tortura e ocasionou a morte instantânea da vítima.
- **O homicídio cometido por Antônio Carlos é considerado hediondo, pois foi qualificado pelo motivo fútil, circunstância prevista no Código Penal como qualificadora do crime de homicídio, tornando-o hediondo conforme a Lei nº 8.072/1990. – OPÇÃO CORRETA.**
- O crime praticado por Antônio Carlos não é considerado hediondo, pois o homicídio só é tratado como tal quando cometido mediante paga, promessa de recompensa ou qualquer outro motivo torpe, o que não ocorreu no caso concreto.
- Apenas os crimes hediondos cometidos contra autoridades públicas, homicídios funcionais, podem ser considerados qualificados, o que não se aplica ao caso de Antônio Carlos e Luiz Felipe, vez que a vítima não ostenta referida qualidade.

**Questão 13**

Maria Ofélia foi condenada pelo crime de tráfico de drogas a nove anos de reclusão e cumpre pena em regime fechado no Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto – Minas Gerais. Durante sua permanência no cárcere, realizou trabalho prisional por trezentos dias, fazendo jus à remição da pena. Além disso, Maria Ofélia também se dedica aos estudos e está cursando o primeiro ano do ensino médio, tendo completado cento e vinte horas de estudo. No entanto, ela cometeu uma falta grave, foi encontrada portando aparelho celular, dentro de sua cela no presídio. Com base na Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984), assinale a afirmativa correta.

- No caso de cometimento de falta grave, Maria Ofélia perderá automaticamente todos os dias remidos, sem necessidade de análise pelo juiz da execução penal.
- Maria Ofélia fará jus à remição de trinta dias de pena pelo trabalho e doze dias pelo estudo, mas, ao cometer a falta grave, perderá obrigatoriamente todo o tempo remido.
- A remição pelo trabalho ocorre na proporção de três dias de pena a cada dez dias de trabalho e pelo estudo na proporção de um dia de pena a cada doze horas de estudo, mas os benefícios não podem ser acumulados.
- **Maria Ofélia terá direito à remição de cem dias de pena pelo trabalho realizado e dez dias pelo estudo, podendo acumular ambos os benefícios. No entanto, devido à falta grave, poderá perder até um terço dos dias remidos. – OPÇÃO CORRETA.**

**Questão 14**

No dia 4 de março de 2025, a delegada Maria Valentina, cumprindo mandados judiciais, realizou a prisão de José Bento e Cláudio, conhecidos líderes de uma associação criminosa voltada à prática de tráfico de drogas na cidade de Ouro Preto, em Minas Gerais. Além dessa prisão ocorreram as apreensões de Antônio, de dezessete anos, e Cássio, de quinze anos, em um galpão abandonado onde o grupo atuava. No local, a polícia encontrou dinheiro trocado em notas de dois, cinco e dez reais, cadernetas com nomes e endereços de supostos clientes, dez telefones celulares e 20 kg de cocaína. A delegada Maria Valentina acessou, após obter autorização judicial, o conteúdo de conversas, por *WhatsApp* e *e-mails*, obtendo outros nomes e localizações dos pontos de venda da droga. Em decorrência dessa operação, resultaram sete suspeitos presos. Considerando o caso hipotético e, ainda, o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STF) no que tange ao crime de associação criminosa para o tráfico, é correto afirmar que:

- A participação de dois menores, na dinâmica delitiva, configura indiferente para fins de tipificação e não influenciará no que concerne à dosimetria da pena do crime de associação criminosa para o tráfico.
- O crime de associação criminosa para fins de tráfico de drogas é considerado crime hediondo, tendo em vista estar expressamente previsto na Lei nº 8.072/1990 e equiparação realizada pela Constituição Federal – 1988 em seu art. 5º, inciso XLIII.
- Cuidando-se de crime em que se tem concurso necessário de agentes, a existência de mais de uma pessoa é elementar do crime. Trata-se, destarte, de delito plurissubjetivo. Para a formação do número mínimo de agentes não podem ser computados os inimputáveis, necessitando a existência de dois imputáveis, para que se tenha caracterização do delito.
- **Consuma-se o delito no momento em que os agentes se associam, não se exigindo a prática do crime-fim. Assim, mesmo que o agente nunca venha a praticar o tráfico de drogas, o simples fato de estar unido a outra pessoa para esse fim já caracteriza a prática do crime de associação para o tráfico, desde que presentes os requisitos da permanência e estabilidade. – OPÇÃO CORRETA.**

**Questão 15**

Segundo as disposições da Lei nº 12.850/2013, assinale a afirmativa INCORRETA.

- **Augusto, delegado de polícia federal, investigando o tráfico transnacional de drogas, armas de uso restrito e crimes ambientais federais, envolvendo e repercutindo no Brasil, Bolívia, Colômbia, Paraguai e Estados Unidos, retardou a intervenção policial relativa a uma determinada ação praticada pela organização criminosa transnacional W, mantendo-a sob observação e acompanhamento, de forma que a medida legal se concretizou no momento mais eficaz à formação de provas e obtenção de informações. Nesse caso concreto, considerando as disposições da Lei nº 12.850/2013, Augusto valeu-se da ação controlada, que pressupõe a prévia autorização do juiz competente, que, se for o caso, estabelecerá os seus limites, ouvido o Ministério Público. – OPÇÃO CORRETA.**
- Ana Vitória, delegada de Polícia de São João Del Rei-MG, investigando uma organização criminosa destinada ao tráfico internacional de adolescentes para a prostituição, supostamente integrada por Matheus, Lucas, Antônio, Carlos, Patrícia e Paula, se deparou com hipótese concreta em que, na sua avaliação, se fazia imprescindível a utilização da ação controlada. Logo, referida ação controlada, técnica de investigação, permitirá retardar a intervenção policial ou administrativa relativa à ação praticada pela organização criminosa, desde que mantida sob observação e acompanhamento para que a medida legal se concretize no momento mais eficaz à formação de provas e obtenção de informações acerca das condutas praticadas pelos supostos integrantes.
- José Maria, delegado de polícia em Tiradentes-MG, determina aos seus agentes, Pedro e Igor, infiltrados há um mês, em organização criminosa, que lhe entreguem relatório das atividades já realizadas até o momento. A Lei nº 12.850/2013 determina que a infiltração de agentes de polícia em tarefas de investigação, representada pelo delegado de polícia ou requerida pelo Ministério Público, após manifestação técnica do delegado de polícia, quando solicitada no curso de inquérito policial, será precedida de circunstância, motivada e sigilosa autorização judicial, que estabelecerá seus limites. Assim, no curso do inquérito policial, o delegado José Maria poderá determinar aos seus agentes infiltrados, e o Ministério Público poderá requisitar, a qualquer tempo, relatório da atividade de infiltração.
- Marcos, Mário, Bruno, Eduardo e Sérgio, funcionários públicos estaduais do Tribunal de Justiça de Minas Gerais e possuidores de bens móveis e imóveis incompatíveis com suas rendas lícitas, foram indiciados pelo delegado de polícia Cássio e, em seguida, denunciados pelo Ministério Público pelos crimes de corrupção passiva, prevaricação e organização criminosa, sendo comprovado que se valiam de seus cargos públicos para a prática das condutas criminosas. Nesse sentido, relativamente às medidas que podem ser decretadas na persecução ou instrução criminal, o magistrado poderá decretar, a requerimento do Ministério Público, o afastamento cautelar dos cargos dos denunciados, sem prejuízo da remuneração, se a medida se fizer necessária à respectiva instrução processual.



**Questão 16**

Em 10 de fevereiro de 2025, na Comarca de Muriaé-MG, o ilustre representante do *Parquet* Mineiro ofertou denúncia perante o Juizado Especial Criminal da Comarca retrocitada, configurando no polo passivo G.D.A. (maior de idade e totalmente capaz de entender o caráter ilícito de sua conduta), sob o argumento de que G.D.A. deflagrou infração penal de menor potencial ofensivo em face de N.D.C. (maior de idade e totalmente capaz de entender o caráter ilícito de sua conduta). Todavia, o ínclito Juízo da Justiça Especializada, em decisão devidamente motivada, não recebeu a preambular acusatória. Inconformado com a *R. Decisum* prolatada, o ilustre representante do Ministério Público de Minas Gerais recorre do decisório monocrático. Considerando as circunstâncias narradas no texto, tendo como fundamento normativo a Lei nº 9.099/1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências, o ilustre representante do *Parquet* Mineiro deverá interpor:

- **Apelação, em até dez dias, através de petição escrita, contendo as razões e o pedido do recorrente. – OPÇÃO CORRETA.**
- Recurso de apelação, no prazo de cinco dias, através de petição escrita ou oral e, logo após a interposição, apresentar as razões recursais e o pedido do recorrente no prazo, impreterível, de oito dias.
- Recurso em sentido estrito, no prazo de cinco dias, através de petição escrita ou oral e, logo após a interposição, apresentar as razões recursais e o pedido do recorrente no prazo, impreterível, de dois dias.
- Mandado de segurança, no prazo de cento e vinte dias, através de petição oral, com a finalidade de proteger os direitos líquidos e certos atribuídos pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – arts. 127 ao 130-A – aos membros do Ministério Público das Unidades Federativas.

**Questão 17**

Z.Z.Z., maior de idade e totalmente capaz de entender o caráter ilícito de sua conduta, no final do ano de 2024, na cidade de Cataguases-MG, deflagrou a infração penal descrita no *caput* do art. 171, do Decreto-Lei nº 2.848/1940, que instituiu o Código Penal Brasileiro, denominada pela doutrina de “estelionato simples”, em detrimento de W.W.W., maior de idade e totalmente capaz de entender o caráter ilícito de sua conduta. Após suportar a conduta delituosa, W.W.W., imediatamente, noticiou a prática da infração penal para a Polícia Civil de Minas Gerais, cuja circunscrição é da cidade de Cataguases. W.W.W., logo após noticiar a prática da infração penal na qual foi vítima, representou em desfavor do seu algoz e, em seguida, foi instaurado o inquérito policial, tendo como principal investigado Z.Z.Z.. No decorrer do procedimento administrativo inquisitório, a autoridade policial competente tomou todas as providências necessárias previstas em lei, inclusive solicitou a Folha de Antecedentes Criminais de Z.Z.Z., na qual constava que ele é primário, possui bons antecedentes e reside na cidade de Cataguases, nota-se, no distrito da culpa. A autoridade policial, após concluir o inquérito policial, em seu relatório, indiciou Z.Z.Z. pela prática do crime de “estelionato simples” nos moldes do *caput* do art. 171, do CPB/1940, cujo preceito secundário prevê a pena em abstrato de reclusão de um a cinco anos, e multa. Findo o inquérito policial, o mesmo foi enviado ao ínclito Juízo da Vara Criminal da Comarca de Cataguases e, após ter sido recebido pelo magistrado competente, abriu vistas ao ilustre representante do Ministério Público de Minas Gerais. Tendo como fundamento a Lei nº 9.099/1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências, assinale a afirmativa correta.

- A prescrição será interrompida durante o prazo da suspensão do processo.
- A suspensão do processo será automaticamente revogada se, no curso do processo, Z.Z.Z. for processado pela prática de contravenção penal.
- A proposta de suspensão do processo é de responsabilidade exclusiva do ilustre representante do *Parquet* Mineiro e, uma vez que a infração penal descrita no *caput* do art. 171, do Decreto-Lei nº 2.848/1940, que instituiu o Código Penal Brasileiro (“estelionato simples”) não está sob a competência do Juizado Especial Criminal, não é possível oferecer a suspensão do processo.
- **O ilustre representante do Ministério Público de Minas Gerais, ao oferecer a inicial acusatória – denúncia –, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, desde que Z.Z.Z. não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena (art. 77 do Decreto-Lei nº 2.848/1940, que instituiu o Código Penal Brasileiro). – OPÇÃO CORRETA.**

**Questão 18**

Um indivíduo brasileiro, maior de idade, atirador esportivo, legalmente registrado, conforme exigido pela legislação, filiado a clube de tiro, foi parado em uma *blitz* de forma aleatória. Durante a fiscalização pelos agentes, foi encontrada uma arma de fogo, uma pistola, cujo modelo e calibre não são de uso restrito, dentro do porta-luvas do veículo, estando a arma muniada e com a trava de segurança acionada. O indivíduo alegou que estava a caminho do clube de tiro para treinamento, inclusive mostrando que o GPS do carro estava direcionado para tal lugar. Entretanto, não dispunha em sua posse de guia de tráfego para o transporte do armamento. Considerando a legislação aplicável – Lei nº 10.826/2003, sobre a conduta hipotética narrada, assinale a afirmativa correta.

- **Configura crime de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido, uma vez que transportava a arma muniada e fora das condições determinadas pela lei. – OPÇÃO CORRETA.**
- Configura crime de posse ilegal de arma de fogo, uma vez que a arma foi encontrada dentro do carro do indivíduo e não em local público, fora das condições determinadas pela lei.
- Não configura crime; sendo conduta atípica já que o porte de arma para atiradores esportivos é regulamentado, e, ainda, ele estava no trajeto para treinamento e a arma estava segura, com trava de segurança acionada.
- Não configura crime; sendo conduta tipificada enquanto infração administrativa, sujeito a multa e não infração penal, uma vez que a sua única conduta infracional foi não portar a guia de tráfego relativo ao armamento.

**Questão 19**

Uma senhora, idosa, recebeu uma informação sobre o seu plano de saúde, indicando aumento do valor da mensalidade em percentual maior do que a média de aumento do plano, uma vez que ela, beneficiária, havia mudado de faixa etária e, por consequência de cláusula contratual específica, presente no contrato de seu plano de saúde, havia a previsão relativa ao reajuste por mudança de faixa etária. Sobre a legalidade desse reajuste, fundado na mudança de faixa etária, pode-se afirmar que:

- É ilegal, uma vez que qualquer reajuste, previsto ou não em contrato, baseado na mudança de faixa etária, é reconhecido como discriminatório contra o idoso e, por consequência, considerado cláusula ilegal, baseado no Estatuto da Pessoa Idosa.
- É legal, segundo o entendimento jurisprudencial, uma vez que existe a previsão contratual, desde que sejam, também, observadas as normas expedidas pelos órgãos governamentais reguladores e não sejam aplicados percentuais desarrazoados ou aleatórios, sem base idônea. – **OPÇÃO CORRETA.**
- É legal, pois o contrato relativo a plano de saúde é regulamentado segundo as regras básicas do direito privado e sujeitas ao princípio do *pacta sunt servanda*, que implica em validade das cláusulas contratuais, por autonomia da vontade das partes que pactuaram. Nesse sentido, a jurisprudência é uníssona em validar a cláusula, sem qualquer restrição e/ou limitação.
- É considerado, *a priori*, abusivo, por uma aplicação da teoria conhecida como “fato do príncipe”, pelo qual a operadora do plano de saúde não pode aplicar, a despeito de existência de cláusula contratual específica ou não, qualquer aumento a plano de saúde que não seja expressamente permitido e dentro dos limites do que é autorizado pelos órgãos governamentais reguladores. Desta feita, pode existir aumento por mudança de faixa etária, dentro dos limites que sejam previstos pelo órgão governamental regulador, independentemente de qualquer cláusula contratual e, no mesmo sentido, a cláusula contratual é abusiva, se não respaldada pela autorização específica da entidade reguladora.

**Questão 20**

Mariana sofreu agressões físicas do seu companheiro Diogo. Inconformada, registrou boletim de ocorrência, procedeu à devida perícia médica, para comprovação do resultado das agressões e solicitou medidas protetivas de urgência, nos termos da Lei Maria da Penha. Foi deferida medida protetiva, determinando o afastamento de Diogo do lar conjugal e proibido, de forma expressa, qualquer contato ou tentativa de contato, por qualquer meio, de Diogo, em relação a Mariana. Passados poucos dias, Diogo tentou procurar Mariana no seu local de serviço, o que foi presenciado por alguns colegas de trabalho e gravado pelas câmeras de segurança. Considerando os preceitos legais presentes na normativa conhecida por Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), pode-se afirmar que:

- Diogo, ao violar medida protetiva de urgência, praticou crime autônomo, sujeito, inclusive, à possibilidade de prisão em flagrante, com fiança, nesse caso, apenas podendo ser concedida pela autoridade judicial. – **OPÇÃO CORRETA.**
- Diogo poderá ser preso, desde que exista representação de Mariana, em relação a tal descumprimento da medida protetiva de urgência. O fato da conduta ser considerada um crime autônomo, este, ao contrário da ocorrência de violência específica e direta contra a mulher, é crime de ação penal pública condicionada.
- Diogo, ao violar medida protetiva de urgência, praticou crime continuado, havendo possibilidade de aplicação de multa pela violação da medida, aumento da pena original pelo crime praticado contra Mariana em até um terço e agravamento da medida protetiva com utilização de tornozeleira eletrônica de monitoramento e, inclusive, conversão desta em prisão preventiva, em caso de reincidência no descumprimento da medida.
- Diogo, ao violar medida protetiva de urgência, praticou crime comum, previsto no Código Penal e não na Lei Maria da Penha, de desobediência à medida protetiva aplicada por autoridade judicial de competência penal. O crime possui ação pública incondicionada, uma vez que a desobediência é relativa à ordem emitida por autoridade judicial de competência penal. Caso a desobediência fosse relacionada à medida imposta por autoridade judicial cível, não implicaria em ato criminal e sim em ilícito civil, sujeito a pena de multa, emitida pelo próprio juiz cuja ordem foi desrespeitada.

## LÍNGUA PORTUGUESA

Cadeia de palavras

Pessoas podem ser presas na cadeia, palavras não: a metáfora e a metonímia logo providenciam um *habeas corpus*. Bom exemplo disso é a própria palavra “cadeia”, com sua cadeia de sentidos entrelaçados.

No caso, tudo começou com o latim “*catena*”, isto é, corrente, grilhão, conjunto de argolas de metal, geralmente de ferro, presas uma na outra para formar uma peça longa.

Por se prestar com excelência à função de prender pessoas, papel no qual se mostrava bem mais segura que a velha corda, a cadeia original acabou por nomear o próprio lugar onde se dava a privação de liberdade dos condenados, como sinônimo de prisão.

Por trás dessa expansão de sentido estava a poderosa e onipresente metonímia, com uma parte envolvida no processo (a corrente) passando a nomear o processo todo (a privação de liberdade).

Contudo, isso era só o começo. A cadeia não demorou a passar por um novo desdobramento semântico, dessa vez de inspiração metafórica.

Por analogia com a ideia de elos, círculos encadeados, nasceu a acepção de cadeia como sequência de coisas ou eventos que têm natureza comum ou que são de alguma forma dependentes uns dos outros.

Dessa cadeia-sequência, como se sabe, a língua faz uso amplo e diversificado: falamos em cadeia de montanhas, cadeias de lojas e cinemas, cadeia alimentar etc.

Metáfora e metonímia, como vimos, são as forças que levaram a palavra da ancestral forja do ferreiro à reação em cadeia da era nuclear.

São o tempo e o vento do mundo das palavras: sob sua ação, nada para quieto, os sentidos dançam e se reconfiguram.

Outro exemplo do poder transformador dessa ação é o vocábulo “volume”. Suas diversas acepções podem ser agrupadas nos seguintes sentidos principais: quantidade ou massa; espaço tridimensional ocupado por um corpo; intensidade de som; cada um dos livros ou tomos que compõem uma obra maior.

O que todos os sentidos de volume têm em comum é o fato de ser praticamente impossível enxergar, enterrado neles, o elo com o significado original da palavra que lhes deu origem, o substantivo latino “*volumen*”.

Parente do verbo “*volvere*”, “*volumen*” queria dizer “rotação, movimento giratório”. O botão dos equipamentos de som que giramos para ajustar o volume pode parecer parte da explicação, mas não passa de uma pista falsa, também chamada coincidência.

O percurso que fez o “*volumen*” até chegar aos sentidos atuais de volume começa com o rolo de papiro da Antiguidade. Ali estava o “movimento giratório” nomeando, por metonímia, o livro cilíndrico que era preciso desenrolar para ler.

Só alguns séculos mais tarde, quando a palavra já havia se desapegado do rolo primitivo para encarnar na era dos livros encadernados que prescindem de qualquer movimento de rotação, é que o volume pôde alçar novos voos, agora nas asas da metáfora.

Passo a palavra ao dicionário etimológico “*Merriam-Webster*”, que conta a seguinte história no verbete sobre o inglês “volume”: “No século XVI, ‘volume’ já tinha adquirido a acepção adicional de ‘tamanho ou envergadura’ (de um livro), o que levou ao desenvolvimento do sentido geral de ‘quantidade, montante ou massa de qualquer coisa’.”

A acepção de intensidade do som, encadeada de forma bastante evidente com a de quantidade ou massa, é a mais recente delas. Segundo o referencial “*Trésor de la Langue Française*”, data de 1761 o primeiro registro do uso de volume nesse sentido.

(RODRIGUES, Sérgio. *Cadeia de palavras*. Folha de S. Paulo. Em: 2019.)

**Questão 21**

“*Habeas corpus*” é uma medida judicial utilizada para garantir a liberdade de um indivíduo. Da passagem “*Pessoas podem ser presas na cadeia, palavras não: a metáfora e a metonímia logo providenciam um habeas corpus.*” (1º§), infere-se que metáforas e metonímias são processos capazes de promover a

- inversão dos significados.
- restrição dos significados.
- **ampliação dos significados. – OPÇÃO CORRETA.**
- adequação dos significados.

**Questão 22**

Considerando a etimologia e as múltiplas acepções dos termos “cadeia” e “volume”, pode-se reconhecer neles o fenômeno da:

- Sinonímia.
- Paronímia.
- **Polissemia. – OPÇÃO CORRETA.**
- Homonímia.



**Questão 23**

Considerando as informações e os exemplos apresentados ao longo do texto, é correto afirmar que os termos que melhor definem metáfora e metonímia são, respectivamente:

- Sequência e omissão.
- Exagero e contradição.
- Suavização e repetição.
- **Similaridade e substituição. – OPÇÃO CORRETA.**

**Questão 24**

De acordo com o texto, o sentido mais moderno do termo “volume” é:

- Movimento giratório.
- Quantidade de matéria.
- **Amplitude das ondas sonoras. – OPÇÃO CORRETA.**
- Espaço ocupado por um corpo.

**Questão 25**

Releia o 4º§: “Por trás dessa expansão de sentido estava a poderosa e onipresente metonímia, com uma parte envolvida no processo (a corrente) passando a nomear o processo todo (a privação de liberdade).” Assim como no exemplo destacado, a metonímia (parte pelo todo) também pode ser identificada em:

- Por favor, me passe o sal.
- **Tenho quatro bocas para sustentar. – OPÇÃO CORRETA.**
- O francês domina a arte da culinária.
- O *habeas corpus* será julgado pelo STF.

**Questão 26**

O autor utilizou uma metáfora para caracterizar as ações dos processos metafóricos e metonímicos na linguagem, como se pode comprovar em:

- **“São o tempo e o vento do mundo [...]” (9º§) – OPÇÃO CORRETA.**
- “[...] o volume pôde alçar novos voos, [...]” (14º§)
- “[...] os sentidos dançam e se reconfiguram.” (9º§)
- “[...] a língua faz uso amplo e diversificado: [...]” (7º§)

**Questão 27**

Em português, a ordem canônica ou ordem direta dos constituintes da oração é sujeito-verbo-objeto (SVO). Dependendo da intencionalidade discursiva do usuário da língua, a ordem desses termos pode ser alterada. Nesse sentido, assinale a alternativa em que ocorreu inversão da ordem direta da frase.

- “Outro exemplo do poder transformador dessa ação é o vocábulo ‘volume’.” (10º§)
- “A cadeia não demorou a passar por um novo desdobramento semântico, [...]” (5º§)
- “Bom exemplo disso é a própria palavra ‘cadeia’, com sua cadeia de sentidos [...]” (1º§)
- **“Por trás dessa expansão de sentido estava a poderosa e onipresente metonímia, [...]” (4º§) – OPÇÃO CORRETA.**

**Questão 28**

No fragmento “[...] praticamente impossível enxergar, enterrado neles, [...]” (11º§), “neles” aponta para o mesmo referente retomado pelo termo destacado em:

- “[...] com a de quantidade ou massa, é a mais recente delas.” (16º§)
- “[...] sob sua ação, nada para quieto, os sentidos dançam [...]” (9º§)
- **“[...] significado original da palavra que lhes deu origem, [...]” (11º§) – OPÇÃO CORRETA.**
- “[...] a própria palavra ‘cadeia’, com sua cadeia de sentidos [...]” (1º§)

**Questão 29**

Em “[...] já tinha adquirido a acepção adicional de ‘tamanho ou envergadura’ [...]” (15º§), a locução verbal “tinha adquirido” foi utilizada para indicar um fato

- totalmente concluído no tempo passado.
- passado, mas posterior a outro já ocorrido.
- **passado anterior a outro também passado. – OPÇÃO CORRETA.**
- passado, mas não completamente concluído.

**Questão 30**

No trecho “*Dessa cadeia-sequência, como se sabe, a língua faz uso amplo e diversificado: [...]*” (7º§), o conector “*como*” apresenta valor semântico equivalente ao do elemento coesivo destacado em:

- “*Contudo, isso era só o começo.*” (5º§)
- “*Segundo o referencial ‘Trésor de la [...]’*” (16º§) – **OPÇÃO CORRETA.**
- “[...] *mas* não passa de uma pista falsa, [...]” (12º§)
- “[...] séculos mais tarde, *quando* a palavra [...]” (14º§)